

22-04-2025

## TERRA, TERRITÓRIO E BENS COMUNS – UMA LUTA QUE TRANSCENDE O ABRIL

**Lucineia Miranda de Freitas**

[Doutora em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz]

É abril e se coloca novamente o debate sobre a legitimidade da luta pela terra realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Debate que deveria pôr em pauta a necessidade de repensar nossa construção enquanto sociedade fundamentada no capitalismo colonial e extrativo. Assim, para compreender a importância do abril vermelho é necessário pensar nossa conformação econômica, social e política, inclusive o papel do racismo e patriarcado. O modo de produção capitalista se organiza na construção de rupturas e cercamentos que estruturam relações antagônicas e hierárquicas, tanto nas relações entre as pessoas como na relação dos seres humanos com a natureza. Constrói, assim, os antagonismos hierarquizados, como: cidade x campo, proprietários x trabalhadores/povos e comunidades tradicionais, ser humano x natureza (meio ambiente), homens x mulheres, brancos x não brancos, dentre outras, criando privilégios e rupturas com grandes impactos na vida das pessoas. O Brasil se constituiu pelo processo de invasão colonial, com objetivo de produzir riquezas para abastecer o mercado europeu e assim garantir o desenvolvimento do capitalismo no norte. Nossa formação se baseia no latifúndio, produção agropecuária e mineral intensiva, escravização da força de trabalho e produção para o mercado internacional. Esse modelo gerou um estranhamento com a natureza e com os seres humanos, em um violento processo agropredador<sup>1</sup>, que gera uma cidadania desfigurada<sup>2</sup>. Ou seja, a formação brasileira tem como institucionalidade mãe o latifúndio e a escravização que definiram ao longo do processo histórico quem tem direito à terra e ao território e quem são os excluídos. Tendo por base o racismo estrutural, o Estado brasileiro, desde que se constituiu, tem criado regramentos jurídicos que agravam as condições de vida da população, com destaque dos povos do campo, das águas e das florestas. No passado, destaca-se a lei de terras (Lei 501 de 1850) que, ao privatizar a terra e vincular seu acesso ao mercado, referenda a exclusão da população pobre, escravizada, indígena, legalizando então a apropriação ilimitada desse bem comum e a especulação imobiliária. A lei áurea, ao possibilitar a abolição sem reparação, expropria os trabalhadores do direito à terra conformando as comunidades isoladas nos sertões e as ocupações precarizadas e vulnerabilizadas nas cidades, em decorrência de uma organização urbana que teve foco na produção e circulação de mercadoria e não se estruturou para a garantia de vida dos/as trabalhadores/as.

O século XX vivenciou sucessivos processos de modernização da economia. No campo, destaca-se a modernização conservadora promovida pelo Estado ditatorial que, além de não possibilitar a realização da reforma agrária, concentrou mais terras e expulsou o ser humano do campo de forma descompassada à criação e garantia de emprego em outros setores da economia, gerando um exército de reserva com milhões de desempregados, ocupando áreas frágeis e muitas vezes impróprias para habitação humana. O campo seguiu sendo um espaço de latifundiários, brancos e do sexo masculino como confirma o censo agropecuário do IBGE (2017): cerca de 47,9% dos estabelecimentos agropecuários são dirigidos por produtores brancos, que controlam 59,4% da área total. Enquanto os 50,4% da população negra possuem apenas 28,3% da área. Também em termos de gênero pode-se observar essas desigualdades: os homens controlam 87,3% dos estabelecimentos agropecuários e as mulheres apenas 18,7%. Quanto maior a área dos estabelecimentos menor a participação das mulheres na direção destes. Esses dados mostram que existe uma indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial/patriarcal no Brasil, escancarando o racismo brasileiro, sempre estrutural, ou seja, ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade<sup>3</sup>. Esses dados nos ajudam a pensar também a relação histórica e intrinsecamente existente entre as questões racial, agrária e urbana. Os excluídos no campo se tornaram os excluídos das cidades, que se encontram nas áreas de maiores vulnerabilidades. Esses dados da concentração explicam ainda as elevadas taxas de urbanização como um dos elementos que conectam a questão agrária à grande parte dos problemas sociais e econômicos do Brasil<sup>4</sup>. A forma como se deu essa urbanização a conecta ao impacto vivenciado pela população nas tragédias climáticas que têm se sucedido. Assim, no Brasil é necessário pensar a reforma agrária como uma política que enfrenta o racismo estrutural, e que trará impactos positivos na resolução dos problemas urbanos e rurais. Na atualidade teria também impacto positivo no enfrentamento à crise ambiental, por possibilitar a construção de novas formas de produção agropecuária baseadas na agroecologia pela produção dos bens necessários à organização da vida e não apenas mercadoria. A agroecologia se coloca neste campo de um projeto contra hegemônico ao agronegócio, como possibilidade de reconexão metabólica ao propor o enfrentamento às rupturas e cercamentos e aos privilégios oriundos dessa hierarquização.

**É importante reafirmar a legitimidade da luta pela terra e a importância da cidade na construção desse enfrentamento, que não pode se dar apenas no mês de abril.**

**Ocupar para o Brasil Alimentar. Faremos Palmares de Novo.**

■ ■ ■

Referências: 1. Freitas LM. *Conflitos, violência e resistências no MATOPIBA* - um olhar a partir da saúde pública. Tese. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. 2022. // 2. Santos JVT. *A cidadania Dilacerada. Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.37, p.131-48, jun. 1993. // 3. Almeida S. *Racismo Estrutural, Feminismos Plurais*. Editora Jandaíra: São Paulo, 2021. // 4. Girardi EP. *A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil*. XIV Encontro Nacional de pós graduação e pesquisa em Geografia, 2021.

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.